



UNILAB
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
CAMPUS DOS MALÊS
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS

LÁZARO UASSENA UNA

COMPARAÇÃO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS NA
GUINÉ E CABO VERDE 1885-1973/75

São Francisco do Conde

2017

LÁZARO UASSENA UNA

**COMPARAÇÃO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS NA
GUINÉ E CABO VERDE 1885-1973/75**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert.

São Francisco do Conde

2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Una, Lázaro Uassena.

U44c

Comparação do colonialismo português na Guiné e Cabo Verde 1885-1973/75 / Lázaro Uassena Una. - São Francisco do Conde, 2017.
49 f: il.

Monografia - Curso de Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert.

1. Guiné-Bissau - Política e governo. 2. Cabo Verde - Política e governo. 3. Guiné-Bissau - Colonialismo. 4. Cabo Verde - Colonialismo. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 966.57

LÁZARO UASSENA UNA

**COMPARAÇÃO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS NA
GUINÉ E CABO VERDE 1885-1973/75**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

DATA DE APROVAÇÃO: 28/07/2017

BANCA EXAMINADORA

Karl Gerhard Seibert – Orientador

Doutor em Ciências Sociais pela Leiden University
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Fernando Jorge Pina Tavares – Examinador

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo – FE/USP
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Fábio Baqueiro Figueiredo – Examinador

Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Dedico este trabalho a Deus e á os meus familiares, amigos e conhecidos que sempre me apoiaram, em especial ao meu pai, Uassena Una, que já não se encontra no mundo dos vivos, e a minha mãe Segunda Indafá, ao meu tio Paulo Una, aos meus irmãos Sábado, Madalena, Abene, Cubane; aos meus primos Barnabé, Uzias. Acalá, Tibna, Saliu; E as pessoas que me apoiaram PR. Adrelino e Iolanda. E a todos que sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por me ter dado a oportunidade e a capacidade de estudar e ter concluído esta primeira etapa da minha formação.

Agradeço aos meus pais (Uassena Una e Segunda Indafa) por me terem apoiado nos meus estudos, investindo o tempo e o dinheiro deles, acreditando que um dia eu chegaria a onde cheguei e onde ainda chegarei. Sem esquecer também dos meus líderes da igreja que me apoiaram financeiramente, Pr. Adrelino Lopes Correia e Iolanda Funy, Pr. José Paulo Semedo, sem esquecer de Mamadú Seide e Beto Infande.

Agradeço imenso ao meu orientador Gerhard Seibert, por ter disponibilizado o seu tempo e gastado as suas energias em me orientar, contribuindo grandemente para que eu conseguisse escrever um bom trabalho. Que Deus o abençoe ricamente.

E sem esquecer dos meus amigos, tanto aqui no Brasil, assim como em Bissau. E aos meus líderes e pastores de Bissau. E o meu profundo agradecimento vai também para a família Barbosa, miss Denny, Jair e os Filhos.

RESUMO

A Guiné-Bissau e Cabo Verde são dois países que foram colonizados pelo mesmo país, Portugal; e geograficamente são países próximos. Este estudo objetiva compreender o período colonial moderno na Guiné e Cabo Verde 1885-1973/75, através de uma análise comparada de Estatuto legal dos habitantes (Estatuto dos Indígenas), da legislação laboral, da Política fiscal (imposto de palhota), administração e política educacional. Esta abordagem situa-se no campo histórico, pois é ela que nos fornece instrumentos analíticos sobre o período. A Escolha do método comparativo a partir de análise das bibliografias, visou ilustrar as diferenças existentes nesse período específico. Portugal agiu de diferentes modos, favorecendo sempre uma das colônias possibilitando a este o acesso a ensino de qualidade, permitindo-lhe adquirir uma formação que lhe possibilitou a ter uma posição privilegiada na administração e política, sem, contudo, deixar de lhes oprimir e de lhes explorar desumanamente, e em outros momentos, por meio da sua legislação construiu uma separação na sociedade guineense. Depois da separação administrativa, Cabo Verde estava mergulhada numa crise de fome profunda, e quase num total abandono pelos portugueses. A pesquisa foi construída focando nessas diferenças e na política exercida por Portugal nesse período, que provocará um despertar de do espírito de revolta contra o sistema opressora colonial.

Palavras chaves: Guiné. Cabo Verde. Estatuto Indígena. Administração .Ensino

ABSTRACT

Guinea-Bissau and Cape Verde are two countries that were colonized by the same country, Portugal; they are geographically close countries. This study aims to understand the modern colonial period in Guinea and Cape Verde 1885-1973/75 , through a comparative analysis of the legal status of the inhabitants (Indigenous Statute), labor legislation and fiscal policy (palhota tax), administration and educational policy. This illustration lies in the historical field, since it provides us with analytical tools about the period. The choice of the comparative method from the analysis of the bibliographies aims to illustrate the differences during this specific period. Portugal acted in different ways, always favoring one of its colonies, enabling it to have access to a better education, in the same way allowing it to acquire a training that enabled it to have a privileged position in administration and politics, without, however, ceasing to oppress them and To exploit them inhumanly, and in some moments, Portugal through its legislation, built a separation in Guinean society. In another hand Cape-Verde after the administrative separation immersed in a crisis of deep hunger and almost in total abandonment by the Portuguese. The research was constructed with focus on these differences and on the policy pursued by Portugal during this period, which will provoke spirit of revolt against the colonial oppressive system.

Keywords: Guinea-Bissau. Cape Verde. Indigenous Statute. Management. Education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	CHEGADA DOS PORTUGUESES À COSTA DA GUINÉ E O POVOAMENTO DE CABO VERDE	11
2.1	OS PRIMEIROS CONTACTOS DOS PORTUGUESES COM A POPULAÇÃO DA GUINÉ E A CHEGADA EM CABO VERDE	11
2.2	POVOAMENTO DE CABO VERDE	14
2.3	CAUSAS DO COLONIALISMO PORTUGUÊS EM ÁFRICA	16
2.4	DOMINAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA GUINÉ	20
2.5	EXPLORAÇÃO ECONÓMICA NA GUINÉ	21
2.6	EXPLORAÇÃO ECONOMICA EM CABO VERDE	22
3	O COLONIALISMO MODERNO NA GUINÉ E CABO VERDE	24
3.1	ESTATUTO INDÍGENA: SUA APLICAÇÃO E CONSEQUÊNCIA NA GUINÉ E O CASO DE CABO VERDE	24
3.2	EDUCAÇÃO COLONIAL NA GUINÉ E CABO VERDE	29
3.3	CONFIGURAÇÃO DA GUINÉ E CABO VERDE NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA COLONIAL	34
3.4	ADMINISTRAÇÃO COLONIAL CABO-VERDIANA FACE AS CRISES DE FOME	38
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	Referências	43

1 INTRODUÇÃO

A Guiné e Cabo Verde foram territórios da costa Ocidental da África Ocidental que foram colonizados pelos portugueses. Mas apesar de terem tido o mesmo colonizador, os processos históricos da sua colonização se diferem.

Os portugueses chegaram à Costa da Guiné em 1446, nessa altura esta região já era habitada. Por isso, nos primeiros momentos da sua chegada, e antes de estabelecerem relações comerciais com os nativos, eles atacavam as aldeias, de preferência, as aldeias isoladas e desprevenidas no litoral, sequestrando as pessoas para serem vendidas como escravos na Europa. Essa relação de hostilidade foi melhorada com o tempo, permitindo aos portugueses se estabelecerem e construírem feitorias para facilitarem e demarcarem o território (AUGEL, 2007).

Sempre teve fricções entre os portugueses e alguns grupos étnicos da Guiné, e depois de 1885 alguns desses grupos nunca se curvaram perante a dominação dos portugueses, a exemplo dos Pepel, Bijagós, Balantas e entre outras. Essas etnias sempre resistiram às intimidações portuguesas, razão que levou os portugueses a promover as campanhas de pacificação durante o período 1913 a 1915, como objetivo de controlar todo o território. E é só a partir de 1936 que se pode considerar que os territórios da Guiné se encontravam pacificados. Mesmo com isso, a Guiné nunca foi uma colônia de assentamento, mas sim apenas de exploração (AUGEL, 2007).

Descoberto em 1460 pelos navegadores portugueses, Cabo Verde foi povoado inicialmente pelos portugueses e escravizados africanos que vinham da região de Senegâmbia. Sendo uma colônia de povoamento protagonizado pelos portugueses, diferentemente da Guiné, permitiu com que Cabo Verde tivesse uma maior atenção do colonizador. Por muito tempo Cabo Verde serviu de entreposto de comércio de escravizados (MARTINS, 2009). A Guiné era administrada a partir de Cabo Verde, até 1879, altura em que foram separadas administrativamente. Mas apesar da sua separação, os cargos administrativos na Guiné eram ocupados, majoritariamente pelos cabo-verdianos (CASSAMA, 2014).

O interesse em pesquisar o período colonial desses dois países, partiu exatamente por observar ao longo dos materiais lidos como livros, dissertações, artigos e entre outras, que mostraram uma certa diferença no que diz respeito a administração, política, educação e tratamento dos nativos por parte dos

colonizadores. Por outro lado, existe atualmente uma grande discrepância entre os indicadores de desenvolvimento da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Daí existe uma necessidade de comparar, analisar e compreender, a vários níveis e em épocas distintas, as diferentes políticas coloniais de Portugal nestes territórios, durante o colonialismo moderno (1885-1973/75).

O presente trabalho visa analisar e comparar o colonialismo moderno português na Guiné e Cabo Verde, no período de 1885 a 1973/75, com o objetivo de compreender o tal processo. As análises comparativas vão se concentrar nas seguintes áreas: o Estatuto legal dos habitantes (Estatuto dos Indígenas), da legislação laboral, da Política fiscal (imposto de palhota), administração e política educacional. E para alcançar os objetivos pretendidos, achei necessário usar o método comparativo, pois ajuda ilustrar as diferenças e os pontos em comum que essas duas colônias tiveram nesse período. E para falar desse período, não podemos deixar de tocar no tráfico de escravizados, pois este foi de longe a principal fonte de renda dos colonizadores por muitos séculos, e é a partir do fim dela que vai aparecer outros interesses que vão influenciando o colonialismo moderno.

O fim do tráfico de escravizados, em 1836, levou Portugal a repensar a sua política de exploração e de manutenção da sua presença nos territórios africanos. Para isso produziu leis, estatutos e até na sua constituição teve que mudar algumas coisas para poder manter as suas colônias, considerando-as como extensão de Portugal.

O Estatuto indígena introduzido em 1926 foi um dos mecanismos de controle e discriminação que foi aplicado em Angola, Moçambique, Guiné, mas não em Cabo Verde e São Tomé. E a justificativa da sua não aplicação em Cabo Verde, foi basicamente cultural e racial (a população já era “civilizada”, mestiça, católica) e climática que provocou a emigração dos cabo-verdianos para outras colônias e para os Estados Unidos.

No que se refere a educação escolar, foi implantado, na Guiné-Bissau, em 1663, mas era ineficiente, rudimentar e limitado a poucos nativos que tinham uma relação com o colonizador. O sistema educativo só começou a funcionar quando houve uma ocupação efetiva dos portugueses no território em 1879. E durante esse período até década de 1950, a alfabetização alcançava apenas 1% da população guineense. E até a década de 1960, só havia 11 guineenses com a educação secundária completa (CÁ, 2015). A Educação colonial começou a funcionar com

mais visibilidade só a partir do século XIX, e dedicava-se a dar instruções mínimas a um número pequeno de nativos chamados “assimilados” como forma de facilitar a comunicação com os restantes nativos, visando assim a fortalecer a exploração e a dominação (NAMONE, 2014).

Em Cabo-Verde, os primeiros estabelecimentos do ensino rudimentar geridos pela Igreja Católica surgiram por volta de 1535, tendo os mesmos objetivos de formar os interlocutores e consolidar a dominação (MONIZ, 2007). As investidas neste setor desde essa época, fizeram com que houvesse um número considerável de alunos nos anos de 1950 em diante. Por volta de 1950, pouco mais de 6.000 alunos frequentavam o ensino primário e cerca de 500 no ensino pós-primário. Dez anos mais tarde, o número de alunos passou para 10.000, dos quais 1.500 frequentavam as escolas pós-primárias, motivo que possibilitou a inserção destes na administração colonial tanto em Cabo Verde como em Guiné-Bissau (FURTADO, 2008).

A pesquisa teve como base as literaturas já existentes: livros, dissertações, teses, artigos científicos e monografias, disponíveis na Biblioteca da Unilab e na internet.

Por outro lado, pretende-se, com esse trabalho, contribuir para o setor educativo do meu país, apresentando-o ao Ministério da Educação, porque pouco se fala desse assunto nas escolas, por isso essa história é pouco conhecida. E seria também de extrema importância que as populações desses dois países compreendessem o passado comum que tiveram para melhor estreitarem os laços futuros.

Para tal, o trabalho está dividido em dois Capítulos. O primeiro capítulo aborda os primeiros contatos dos portugueses com os povos da Guiné e as primeiras intenções demonstradas nos primeiros momentos da construção do relacionamento com os nativos. Ainda pode ser observado a chegada dos portugueses em Cabo Verde e o processo de povoamento deste arquipélago levada a cabo pelos portugueses. E também aborda as causas do colonialismo português, e os processos da dominação exploração econômica da Guiné e de Cabo Verde viradas para exportação, depois do fim do tráfico dos escravizados.

O segundo capítulo aborda as questões do colonialismo português na Guiné e Cabo Verde numa perspectiva comparada, observando a legislação (o estatuto indígena), a educação colonial, a configuração administrativa dessas duas colônias

na administração colonial, bem como a forma com que a administração colonial cabo-verdiana lidou com a crise de fome nesse período. Todas essas ferramentas que permitem observar a clara diferença existentes nesse período.

2 CHEGADA DOS PORTUGUESES À COSTA DA GUINÉ E O POVOAMENTO DE CABO VERDE

Este capítulo aborda a chegada dos portugueses ao continente- as primeiras impressões e intenções demonstradas logo no início das relações com os nativos. Ao longo do seu desenvolvimento pode ser observado o desenrolar do processo da chegada dos portugueses e o processo de povoamento de Cabo Verde e o comércio na Guiné. A seguir analisa as causas do colonialismo moderno português em África, depois da conferência de Berlim em 1885. E ainda aborda o processo de dominação e exploração econômica desses territórios.

2.1 OS PRIMEIROS CONTACTOS DOS PORTUGUESES COM A POPULAÇÃO DA GUINÉ E A CHEGADA EM CABO VERDE

A Guiné-Bissau, como o território é conhecida hoje, foi uma parte integrante do Império de Mali no século XII, um estado sudanês que foi um dos sucessores do império de Ghana (830 a 1235). Os Mandingas do Mali expandiram-se até chegar a região da Guiné, que era designado por império de Kaabu ou Gabu, o que não tem nada a ver com o nome da segunda maior região da atual Guiné Bissau. Os Rios da Guiné, como a região era denominado, *“compreendia as áreas geográficas que ficavam entre o Senegal e a Serra Leoa, tais como rios do Ouro, Senegal, Gâmbia, Casamansa, Cacheu, Grande, Nuno, Geba e o Cabo Branco”* (BENTO, 2014, p. 8).

O que é hoje a Guiné-Bissau, corresponde ao território da antiga província da Guiné Portuguesa, resultado da convenção luso-francesa de 1886, e dos sucessivos ajustamentos das fronteiras até ao século XX.

A data de 1446 marca a chegada dos portugueses à Costa da Guiné, quando Nuno Tristão, vindo da costa senegalesa chegou a atual Guiné. Nesta quarta viagem para a denominada “terra dos pretos”, ele foi assassinado pelos Mandingas, próximo do rio da Gâmbia. A hostilidade desses africanos com os portugueses foi provocada

pelas constantes ataques e sequestros de habitantes pelos portugueses para serem vendidos como escravos, pois o escravo era um bem precioso nessa época. Os portugueses, nos primeiros momentos da sua chegada à Costa da Guiné, e antes de estabelecerem trocas comerciais com os comerciantes nativos, atacavam as aldeias de surpresa, de preferência, as aldeias isoladas no litoral e a grupos desprevenidos nas praias. (AUGEL, 2007, p. 52).

Na época das navegações portuguesas no século XV, o império do Mali já começava a se desintegrar, e começou a surgir os pequenos reinos independentes que antes faziam parte daquele Império. Um dos mais importantes reinos era o da Kaabu, que era uma importante parte da rota de comércio de escravos. Logo nos primeiros contatos com os povos que viviam nessa zona, os portugueses mostraram o interesse de estabelecer relações comerciais, para poderem adquirir os produtos africanos (cera, pimenta, ouro marfim, etc.), cujo controle era dos árabes. Esses produtos eram de alto valor na Europa daquela altura.

Pode-se dizer de que as primeiras relações entre os portugueses com os povos africanos desta zona, começou de uma forma conflituosa, mas que veio a ser melhorado com tempo. E como fruto do melhoramento dessa relação, os chefes tradicionais interessados no comércio com os estrangeiros concederam espaços para os portugueses construírem interpostos comerciais como forma de facilitar o comércio, não só dos produtos, mas também dos escravos (MONTEIRO, 2013, p. 80).

Portugal limitou-se a se servir da região como um ponto para facilitar o comércio escravagista e ainda não como uma colônia de ocupação efetiva. E Augel relata que:

No século XVI, foram instaladas algumas feitorias ao longo do curso do rio de São Domingos e do rio Grande. Com as sucessivas viagens de navegadores portugueses, foram-se estabelecendo as bases para a expansão mercantil portuguesa na área. No final do século, criou-se a Companhia de Cacheu e de Cabo Verde, tendo como objetivo principal, o tráfico dos escravos (AUGEL, 2007, p. 53).

As construções dos interpostos não tinham somente como objetivo principal o facilitar ou proteger o comércio, mas também serviu como demarcação dos territórios de interesse comercial e como defesa dos possíveis ataques que eram orquestrados pelos navios piratas e corsários de outras nações europeias.

Embora os portugueses tivessem a colaboração dos nativos nos fornecimentos dos produtos comerciais e no tráfico de escravos, o aumento deste comércio acentuou a hostilidade existente entre as partes. E para complicar mais a situação, os portugueses que pagavam impostos aos monarcas locais, desde os séculos XV até a segunda metade do século XX, depois da ocupação efetiva do território inverteram a ordem, obrigando os nativos a fazerem o mesmo para com eles. Mas os Pepel, recusaram sempre a submissão aos portugueses, motivo pelo qual sempre houve hostilidade entre eles e os portugueses, assim como as outras etnias que também a recusavam a submissão aos colonizadores. (AUGEL, 2007, p. 56).

Quanto a Cabo-Verde, o cenário era outro. Na época em que se deu os primeiros contatos entre os portugueses com os nativos da região da Senegâmbia, que inclui a atual Guiné-Bissau, Cabo Verde ainda não tinha sido descoberto.

E sobre a descoberta de Cabo Verde, existem alguns historiadores que defendem que os africanos já conheciam algumas ilhas do arquipélago e também os gregos e os geógrafos muçulmanos já o conheciam. Cortesão (1962, p. 47, apud MARTINS, 2009, p. 17):

Nos mapas que acompanharam a obra de Idrisi, figuravam algumas das ilhas, uma das quais tinha o nome de Aulil: alguns séculos mais tarde, o mapa-mundo de Macias de Viladestes de 1413, que se encontra na Biblioteca Nacional de Paris, apresenta em frente do Rio do Ouro, claramente identificado como sendo o Nilo do Ghana, isto é, o Senegal, duas ilhas de tamanho e forma iguais, com o nome de Ilhas de Gaderi no mapa mundo de Andrea di Bianco de 1448. Estas mesmas ilhas aparecem de novo frente à costa entre o Senegal e Cabo Verde, com o nome de Dos Hermanos.

Muitos têm sido os relatos sobre o ano e os navegadores que supostamente “descobriram” o arquipélago. Segundo Pereira (2008, p. 11-12), em conformidade com Gois, o cronista da época, mostra através de um dos documentos da época que as ilhas de Cabo Verde foram descobertas em 1445, isso é um ano antes da chegada dos portugueses à costa da Guiné. Segundo o documento:

[...] Luíz de Cademusto, navegando para o rio da Gâmbra (Gâmbia), se encontrou hum gentilhomem Genovez por nome Antonieto de Nolle, que com licença do Infante hia tambem a descobrir, e ambos juntos chegarão ao dicto rio [...] tornarão a fazer viagem no anno seguinte de 1445 em hua não que elhes mandou armar em Lagos, e desta vez descobrirão estes gentis homens as Ilhas de Cabo-Verde no mesmo anno de 1445 e não de 1441

como também alguns erradamente cuydaõ, porque no anno de 1440depois do falecimento do Infante D. Henrique fez EIREy D. Affonso V. doacção dellas e das terceiras ao Infante D. Fernando seur irmão, às quases Ilhas de Cabo Verde estes dous gentis homens chegarão do dia, que partirão do Reyno a 16 dias, e à primeira que virão, puzeraõ nome Boavista, e à outra Santiago, e S. Filippe, por chegarê a ella no primeyro dda de Mayo, em que cahe a festa destes Santos [...] (GÓIS, [200-?] apud PEREIRA, 2008, p.11-12).

E um outro documento apresentado por um outro cronista da época, Diogo Gomez, num arquivo disponível para consulta em Munich, apresenta mais uma outra data das viagens realizadas, 1448 e 1460. Essas duas datas estariam na origem da descoberta de Cabo Verde. O Rei de Portugal, D. Manuel, decidiu em 8 de abril 1497 dar à António de Noli o mérito de ter descoberto Cabo Verde.

Segundo Martins (2009, p. 17), atualmente a história aponta Diogo Gomes e António Noli como sendo os principais descobridores do arquipélago de Cabo Verde, em 1460. E foi essa data que aparece na maioria dos documentos como sendo a data oficial da descoberta do Arquipélago. O autor ainda traz, em resumo, a narrativa dessa descoberta:

Essas datas são conhecidas através dos seguintes documentos: nuo que consta do diploma de 3 de Dezembro de 1460 e faz referência às cinco primeiras do grupo ocidental: Sam Jacob (Santiago), Sam Filipe (Fogo), De las Mayes (Maio), Sam Christovam (Boavista) e Lana (Sal) que D. Afonso V doou a seu irmão D. Fernando logo após a morte do Infante D. Henrique, e noutro, a Carta de Doação de 19 de Setembro de 1462 que se refere às cinco ilhas acima mencionadas, às cinco restantes que foram descobertas na segunda viagem e aos dois ilhéus: ilha Brava, ilha de Sam Nicolau (São Nicolau), ilha de Sam Vicente (São Vicente), ilha Rasa (ilhéu Raso), ilha Branca (ilhéu Branco), ilha de Santa Luzia e a ilha de Sant'Antonio (Santo Antão) (MARTINS, 2009, p. 17).

Embora continuam os debates sobre a descoberta, a principal data da descoberta do arquipélago que aparece nos textos como oficial é a de 1460.

2.2 POVOAMENTO DE CABO VERDE

O povoamento do arquipélago se deu a partir do interesse da coroa portuguesa de estabelecer um entreposto naval na região. Para iniciar o povoamento a coroa decidiu recompensar os seus descobridores dando-lhes algumas partes do Arquipélago. De acordo com Martins (2009, p. 18):

[...] “D. Fernando concedeu à ilha de Santiago (a primeira a ser povoada) a primeira divisão político-administrativa, ou seja, a ilha foi dividida em duas capitânicas: a sul sedeada na Ribeira Grande (actualmente Cidade Velha) foi atribuída a António de Noli e, mais tarde, a capitania do Norte sedeada em Alcatrazes (actualmente Cidade da Praia) a Diogo Afonso. Foi-lhes concedido, paralelamente, o título de capitães-donatários”.

Como “capitães-donatários”, estes beneficiados detinham o poder de estabelecer impostos e de conceder as terras aos colonos em regime de sesmaria. E também detinham grande poder de jurisdição no arquipélago, embora limitados pelo Tribunal do Reino em relação às causas penais maiores. Foi o mesmo modelo de governação já aplicado pelos portugueses na Madeira e nos Açores.

Inicialmente, os portugueses queriam adotar o modelo de povoamento que foi utilizado nestes arquipélagos, promovendo um povoamento europeu, mas devido a insalubridade do clima e a distância com o Portugal, o projeto fracassou, tendo sido povoado por poucos colonos europeus, mas sobretudo pelos escravizados vindos da região do Senegâmbia e alguns negros livres que acompanhavam os comerciantes nos seus negócios. E para ter noção mais clara de como se começou esse povoamento, Martins o relata da seguinte:

Ao receber as ilhas em doação, D. Fernando recebeu conjuntamente o dever de as povoar e um dos primeiros a instalar-se em Santiago foi António de Noli, em 1462, acompanhado de alguns membros da sua família e de portugueses oriundos do Alentejo e do Algarve. Instalaram-se na Ribeira Grande, dando início ao primeiro povoado. Esta localidade foi escolhida porque havia muitas ribeiras e havia lugares onde os navios podiam abrigar-se. Dispunha, igualmente, nas proximidades, de terreno onde viriam a ser lançadas as bases de uma agricultura de rentabilidade e outra de subsistência (MARTINS, 2009, p. 18).

Face aos desafios de povoamento que o D. Fernandes teve relativamente a ilha de Santiago, ele resolveu, por meio de uma Carta Régia datada de 12 de junho de 1466, conceder alguns privilégios aos moradores como forma de incentivar o povoamento. Segundo Pereira (2008, p. 18), esses moradores teriam o poder de estabelecer negócios dos escravizados entre a Senegâmbia e a Europa, e teriam também isenção fiscal. Mas para ter esses benefícios o cidadão tinha que ter no mínimo quatro anos de residência na Ribeira Grande. Com esse incentivo, a coroa pretendia compensar a grande desvantagem que era visto pelos comerciantes ao morarem nessa região.

Mesmo com esse incentivo, o que se observa é que se desenvolveu um povoamento mercantil, pois esses comerciantes se interessaram mais pelas zonas litorâneas mais próximas do continente africano, pois o litoral facilitava o desenvolvimento das suas atividades mercantis. Por isso, segundo Martins (2009, p. 29), *“A sociedade escravocrata formou-se a partir das ilhas de Santiago e do Fogo e permaneceu quase inalterável durante dois séculos, pois a vida das populações girava numa espécie de pólo urbano: Ribeira Grande, S. Filipe e Vila da Praia”*. E para Cassamá (2014, p. 22), só houve maior interesse em povoar o arquipélago quando se intensificaram as relações comerciais com o Brasil. E a partir daí algumas ilhas tornaram importantes no ponto de vista de comércio escravagista, como é o caso de Santiago e Fogo. O povoamento de São Vicente começou apenas nos finais do século XVIII.

O processo de povoamento de Santiago e Fogo com colonos e escravizados africanos resultou num processo de mestiçagem genética e de criouliização cultural e linguística que, por sua vez, levou a emergência da sociedade crioula de Cabo Verde, no século XVI. Ao mesmo tempo, a partir do início do povoamento a concessão consecutiva da alforria aumentou constantemente a percentagem da população livre do arquipélago. Desde o século XVI, os crioulos participaram ativamente na governação e economia do arquipélago.

2.3 CAUSAS DO COLONIALISMO PORTUGUÊS EM ÁFRICA

Pode-se dizer, basicamente, que os motivos que nortearam a colonização portuguesa no século XIX eram políticos-estratégicos e econômicos.

Com a perda do Brasil em 1822, Portugal decidiu concentrar as suas investidas em África, como forma de compensar a lacuna deixada por Brasil na sua economia.

Presente nos arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e com feitorias e enclaves na África continental desde o século XV, Portugal, decidiu preocupar com o destino político dos seus territórios coloniais a partir da segunda metade do século XIX, depois do despertar de interesse das outras potências europeias para o continente (ROCHA, 2010, p. 8). Brasil, depois da sua independência em 1822, por afinidade, tentou separar Angola e Moçambique de Portugal no domínio de comércio transatlântico, pois estes eram os principais

fornecedores de mão de obra escrava para esta nação. Na mesma altura, um grupo em Cabo Verde também reivindicou uma aliança com o Brasil independente. Portugal, para minimizar a situação e manter o controle dessas colônias, celebrou um “Tratado de Paz e Aliança” com o Brasil em 1825, em cujo Artigo 3º o Brasil se comprometeu a não aceitar qualquer oferta de união dessas colônias. Esse Tratado foi mediado pela Grã-Bretanha que, desde o início do século XIX não interessava mais a continuidade de tráfico de escravos transatlântico (ROCHA, 2010, p. 8-9).

Sempre perseguido politicamente e estrategicamente pela Grã-Bretanha nas suas possessões em África, Portugal assinou, entre vários outros tratados, um tratado com este país, durante a conferência de Viena, em 1815, onde Grã-Bretanha ordenava a abolição do tráfico de escravos em todas as colônias portuguesas situadas na África Ocidental, ao Norte da linha do Equador. Este tratado só reconhecia, legítimos para a exportação portuguesa, os produtos como marfim, pau-brasil, urzela, diamantes, pó de ouro, rapé dos domínios do Brasil e da costa Oriental da África, desde o Cabo Delgado até à Baía de Lourenço Marques, um trajeto que corresponde à costa do atual Moçambique (LAINS, 1998, p. 468).

Os britânicos nunca desistiram de perseguir os interesses portugueses em África. E em muitas ocasiões, os portugueses viram a necessidade de recorrer a outras potências para solucionar o conflito. Antes e após a conferência de Berlim de 1884-85, Portugal conseguiu o reconhecimento da sua soberania sobre vários territórios por vias diplomáticas, tais como Ambriz, em 1855, Bolama, em 1870, a baía de Lourenço Marques, em 1875, Cabinda, em 1885, e a Baía de Tungue, no reino de Zanzibar, em 1887, todos eles reclamados pelos britânicos. No entanto, todas essas conquistas não tinham encargos financeiros, mas também não tinham grandes benefícios para a metrópole, devido à abolição do tráfico de escravos por meio de um decreto de 10 de dezembro de 1836, que foi motivada pela pressão inglesa e por vontade política de reproduzir as medidas tomadas no estrangeiro contra o comércio de escravizados. Portugal aboliu a escravatura em 1869, e os escravos então chamados "libertos" foram definitivamente libertados de uma forma gradual até 1876 (LAINS, 1998, p. 465).

Diante desse novo cenário do fim do tráfico de escravos, que era a maior fonte do rendimento económico português em África, e da era dos países industrializados e da concorrências destes no continente africano pela busca de novas zonas de exploração das matérias primas para as suas indústrias crescentes,

Portugal se viu inconfortável financeiramente bem como politicamente perante concorrência das outras potências europeias, pois não era um país industrializado e nem estava preparado para fazer face às novas exigências de ocupação e exploração das colónias.

Para Lains (1998, p. 470), até ao início do século XIX, os interesses dos portugueses em África eram concentrados no tráfico de escravos, que era liderada por Portugal e Grã-Bretanha. E ainda segundo o mesmo autor:

A abolição do tráfico de escravos levou ao aumento da exportação de mercadorias, por forma a compensar o negócio que os comerciantes perdiam. Para os comerciantes britânicos e franceses, a substituição foi mais rápida do que para os comerciantes portugueses, o que se prende com as melhores condições em que aqueles comerciantes operavam. O rápido crescimento do comércio «legítimo» britânico foi acompanhado pela passagem da navegação à vela para a navegação a vapor (LAINS, 1998, p. 471).

Com a substituição da navegação à vela pela navegação à vapor e do tráfico de escravos pelo comércio “legítimo” (comércio de óleo de palma, amendoim, borracha marfim, urzela, diamantes, pó de ouro, rapé, pimenta e entre outros), os comerciantes britânicos, economicamente e tecnologicamente superiores aos portugueses, franceses e alemães, passaram a ter mais facilidade na obtenção dos mercadorias na África, pois os seus barcos tornaram mais rápidos e mais eficazes, capazes de penetrar até nos grandes rios do interior deste continente, na busca dos produtos. Os portugueses entraram assim, numa forte desvantagem em relação ao seu concorrente direto na disputa dos territórios e mercados em África, pois tiveram dificuldades na substituição do comércio de escravos para o comércio declarado como “legítimo” na época, razão que originou a queda das receitas no tesouro português (LAINS, 1998, p. 475).

Com o fim da escravidão, na Guiné, o comércio de mercadorias, principalmente noz de palmeira, arroz, panos, barras, amendoim, ferro e entre outros aumentou muito. Tornou-se obrigatória a cultura de amendoim, arroz, malagueta e algodão a partir de 1840. A agricultura que era baseada na subsistência das famílias, virou-se uma de exportação. A exportação de amendoim chegou a aumentar em cerca de dez vezes em 1852 e 1878, mas não conseguiu substituir o valor que era arrecadado no tráfico de escravos (LAINS, 1998, p. 472). E nas ilhas de Cabo Verde, no início do século XVIII, o pequeno camponês era obrigado a

entregar um terço da sua produção de algodão, cana de açúcar e entre outros, aos grandes proprietários da terra para exportação (ROCHA, 2010, p. 12).

A queda acentuada das receitas no cofre e a fraca capacidade de intervenção militar nas colônias, obrigou Portugal a recorrer aos, por vias diplomáticas, fazendo tratados com estes para poder manter os seus territórios em África porque, os britânicos eram uma potência politicamente, economicamente e militarmente mais fortes do que os portugueses. Em relação a isso, por exemplo, os britânicos assinaram um tratado, em fevereiro de 1884 com os portugueses, relativamente a navegação na costa de Angola até Cabinda, onde o Portugal comprometeu a não aumentar as taxas aduaneiras e o manteria aberta a as navegações de todas as nações (LAIS, 1998, p. 473-474).

Segundo Rocha (2010, p. 13), já em 1875 começaram os projetos da ocupação efetiva dos territórios portugueses em África. Foram criadas nesse mesmo ano, para a concretização desse projeto, a Comissão Central Permanente de Geografia e a Sociedade de Geografia de Lisboa. E no ano seguinte, em 28 de junho, a Comissão de Central Permanente de Geografia encaminhou uma recomendação de exploração da África Central para o Rei Luís (1861-89). E nesse mesmo ano de 1876, em 26 de outubro, a recém-criada Sociedade de Geografia encaminhou também uma recomendação ao Rei, com fins à exploração dos territórios portugueses em África. São essas duas grandes criações que posteriormente se encarregaram de organizar viagens exploratórias do continente, abrindo mercados e rotas no interior, como forma de facilitar a penetração dos portugueses no interior do continente. E foi também através delas que se deu a tal recomendação de “civilizar” o continente, que mais tarde foi posta em prática e se constituiu como um dos motivos primordiais da colonização portuguesa e europeia.

A corrida pela ocupação do continente agravava mais a tensão política entre as principais potências europeias, motivo pela qual, a pedido de Portugal, foi organizada a conferência de Berlim em 1884-1885, que depois traduzira na divisão do continente entre as potências, e Portugal sendo o primeiro entre as potências europeias a chegar no continente, ficou com cinco colônias, sendo as outras dividido entre as demais potências europeias.

E quando foi dividido o continente e definidas as fronteiras depois da conferência de Berlim, Portugal estabeleceu o controle sobre o destino da produção das colônias, passando assim a aumentar as taxas de exportação, que se traduziu

no aumento 15% das receitas nos cofres do Estado português nos anos 1900-1909 (LAINS, 1998, p. 476). Desta forma, as colônias se constituíram uma fonte do rendimento para os cofres da metrópole.

2.4 DOMINAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA GUINÉ

Antes do século XIX, Portugal limitou-se a servir-se da região dos Rios da Guiné como um ponto de apoio para o comércio escravagista e não como uma colônia de exploração, por isso nunca teve esse interesse de controlar a totalidade do território da Costa da Guiné. E também naquela altura, não tinha a capacidade suficiente para dominar o território. O relacionamento embelezado fez as autoridades locais crerem que os portugueses só queriam estabelecer relações comerciais e nada mais do que isso. E no início, esse comércio era dominado por lançados, maioritariamente mestiços e negros livres de Cabo Verde que permaneceram individualmente ou em pequenos grupos na Costa da Guiné.

Apesar da presença portuguesa na região desde 1446, somente a partir do primeiro terço do século XX que é possível considerar a atual Guiné-Bissau como um território dominado por uma potência estrangeira. Nos finais do século XVI em diante, houve um aumento considerável do comércio escravagista que contribuiu muito para o desenvolvimento do comércio dos portugueses. Os portugueses introduziram novos produtos no século XVI (tecidos, vinho, cavalos e ferro) no mercado, tornando o comércio mais lucrativo, e conseguiram com isso, aumentar as desavenças e rivalidades existentes entre as etnias (AUGEL, 2007, p. 54).

Com as rivalidades étnicas, os portugueses souberam aproveitar as brechas, estabelecendo alianças com uma etnia contra outra. Algumas davam terrenos aos portugueses em troca da proteção. Esses terrenos eram aproveitados para construir as feitorias fortificadas. A primeira foi construída em 1588 em Cacheu, nas margens do rio do mesmo nome. Em 1607, o Régulo de Guinália, da etnia papel cedeu aos portugueses a ilha de Bolama para que os portugueses se estabelecessem e os protegessem contra os ataques dos Bijagos, que são a etnias da zona insular. E a medida que vão ganhando espaços e confiança, começaram a implementar os seus projetos de comércio na região. Segundo Cassama (2014, p. 28) *em 1603, alguns missionários capuchinos (italianos) iniciaram os seus trabalhos de conversão ao cristianismo entre os habitantes de Bissau*. Com tudo, já em 1688 eles abandonaram

Bissau. Muito mais tarde, no século XIX, devido à rivalidade das potências europeias em torno de África, Portugal intensificou a sua atuação na Guiné com o objetivo de consolidar a sua dominação. Para o efeito, organizaram campanhas militares, as chamadas guerras de pacificação que aconteceram entre 1882-1936, para a ocupação efetiva dos territórios guineenses e submissão da população à *imposto de palhota* (SANTOS; SILVA, 2014, p. 31).

Reconhece Augel (2007, p. 57), que apesar de tantos conflitos e da superioridade das tropas coloniais, as populações da Guiné nunca se renderam facilmente à dominação portuguesa. Sempre fizeram a questão de resistir de diversas formas: não pagando impostos, emigração, fuga, recusa aos trabalhos forçados ou ainda uma resistência passiva.

2.5 EXPLORAÇÃO ECONÓMICA NA GUINÉ

A partir do final do século XV ao início do século XVI, em colaboração com alguns comerciantes africanos, os portugueses já dominavam o controle do comércio na costa da Guiné. Pelo menos de 1468 a 1646, a ilha de Santiago em Cabo Verde, era o maior depósito de exportação dos escravizados da África Ocidental, e era a partir dali que era traçada o destino destes, inicialmente para Portugal e Espanha, e depois, desde cerca de 1530 principalmente para as Américas, onde eram utilizadas como a mão-de-obra. Mas como já referido antes, a partir de 1647, Cabo Verde perdeu o monopólio do tráfico, e conseqüentemente entrou em declínio económico até ao século XX.

Como já dito acima, depois da abolição do tráfico dos escravizados na primeira metade do século XIX, os portugueses decidiram fazer investimentos em outras áreas económicas, como forma de equilibrar o tesouro público que sofreu uma queda nas receitas, depois da abolição do tráfico dos escravizados. Nessa ótica, os portugueses decidiram investir, na Guiné, principalmente na agricultura de exportação, na exploração de madeira e entre outras. Assim, “na Guiné, o trabalho forçado foi principal agente da economia portuguesa, ‘a exploração da mão de obra negra supriu aqui, mais do que em qualquer outra parte, o fraco nível dos investimentos’” (KI-ZERBO, J., 1991, p. 137 apud ZIMMERMANN, 2011, p. 2).

O amendoim era o principal produto agrícola na Guiné, muito antes da ocupação efetiva do território pelos portugueses, mas só que o seu cultivo era em uma escala menor, baseado nas subsistências das famílias. Esse quadro mudará quando os portugueses começaram a se interessar comercialmente pelo produto, que mais tarde viria a ser o mais exportado, por volta de 1840. Assim, a plantação de amendoim tornou-se uma cultura obrigatória continua antes e durante a segunda Guerra Mundial, e era virada para exportação. E os valores fixados pelos portugueses, eram valores muito abaixo do mercado internacional.

Acrescida o interesse dos europeus nesse e em outros produtos começaram a surgir empresas com interesses definidos para exploração. Segundo Silva e Santos:

Em 1894, surgiu no papel uma companhia majestática que se previs tomar conta de todas as terras até então não concedidas. Em 1899, duas empresas belgas propuseram-se a exploração agrícola e comercial, e foi sol de pouca dura. Em 1910, uma companhia britânica teve concessão de terrenos no arquipélago dos Bijagós para exploração do óleo de palma e algodão, mas não vingou. No final da década de 20 mantinha-se em laboraçãoa Companhia Agrícola e Fabril da Guiné e a sociedade agrícola de Gambiel, mas não deixaram rasto (SANTOS; SILVA, 2014, p. 33).

Os principais produtos do interesse português que eram exportados da Guiné, compreendia: borracha, cera, couros, madeiras, arroz, amendoim, óleo de palma e coco note. E como nos situa Cá (2015, p. 24), “[...] em 1955, 83% das exportações guineenses tinham como destino Portugal, tal situação repete-se em nível das importações: 65% dos produtos importados provinham da metrópole”.

E a instituição de *imposto de palhota* pelo Estado português desde 1904, na Guiné, foi principalmente para estimular o aumento das exportações, explorando a mão-de-obra sem importar com a dignidade humana dos guineenses.

2.6 EXPLORAÇÃO ECONOMICA EM CABO VERDE

Em Cabo Verde, capitão-donatário era o responsável pela administração direta do arquipélago, podendo dividir as terras aos colonos em regime de sesmaria, cobrar os impostos e entre outros. O sistema e arrendamento vigorou desde os séculos XV até ao século XVII, quando começou a exploração por meio das companhias, provavelmente em 1664 (BENTO, 2014, p. 8).

Como forma de facilitar o rápido povoamento do Arquipélago, como já foi dito acima, a Carta Régia de 12 de junho de 1466, concedeu aos moradores o privilégio de fazer comércio na zona denominada de “Rios da Guiné”. O resgate das pessoas escravizadas nos “Rios da Guiné” para Cabo Verde, visava apoiar a fixação dos colonos brancos, pois além reexportação, os escravizados levados para Santiago e Fogo serviam de mão-de-obra no cultivo da terra, criadagem, pastagem, tecelagem e eram treinados também para defenderem a capitania. E houve assim, entre os séculos XV ao século XVIII, um número razoável de escravos em quase todas as ilhas povoadas, principalmente em Santiago, que era o seu principal portão de entrada (BENTO, 2014, p. 12). E nesse período, os portugueses procuraram impulsionar a cultura de algodão e cana de açúcar em algumas ilhas, mas principalmente em Santiago e Fogo, para o comércio na Costa da Guiné. Cabo Verde exportava peles, couros, sebo, algodão, açúcar e entre outros produtos que eram considerados de boa qualidade. E segundo Pereira (2008, p. 24) os principais produtos que eram levadas para o resgate das pessoas escravizadas nos “Rios da Guiné” eram os produtos como: os panos de algodão peles de cavalo e sal.

E tal como aconteceu na Guiné, Cabo Verde também foi arrendado à Companhia do Grão-Pará e Maranhão para exploração:

[...] pelo Alvará de 1775 de 7 de junho, foi concedido à Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão o comércio e a exploração exclusivos das ilhas de Cabo Verde em caráter irrevogável, pelo período de 20 anos, alegando-se motivos de sustento e de viabilidade do intento monopolista da companhia, visando essencialmente o lucro (PEREIRA, 2008, p. 24).

A companhia reprimiu e explorou os agricultores como forma de produzirem mais e gerar lucros. Compravam os produtos num preço muito abaixo do preço do mercado internacional. E controlavam os portos de desembarque da Ribeira Grande, que eram uma das fontes de grande rendimento econômico.

A exploração levada a cabo pela administração colonial e as companhias provocaram revoltas por parte da população populações. Essas revoltas teriam começado desde 1822 quando os camponeses foram aumentados a renda, o que forçou a venda dos seus gados como forma de saldar as dívidas para não serem expulsos da terra. E essas revoltas se intensificaram em 1841 com os rendeiros de Achada Falcão a reclamavam contra os proprietários, por considerarem que as terras deviam lhes pertencer.

Em 1881 registraram novos conflitos, quando foram despedidos cerca de 2000 trabalhadores das companhias carvoeiras inglesas de São Vicente, devido à paralisação e de comércio no Porto Grande, e esses trabalhadores dirigem-se aos Paços do Concelho para exigir trabalho para não morrerem de fome (MARTINS, 2009, p. 43). E segundo Martins:

[...] a 17 de abril de 1886, mais de mil pessoas, partindo de várias freguesias do Paul, marcharam sobre a Ribeira Grande (Santo Antão) e “ocuparam durante cinco dias (a praça do Concelho, a Câmara Municipal e várias repartições públicas) para protestarem contra injustiças e vexames a que estavam submetidos e contra a sobrecarga da contribuição (MARTINS, 2009, p. 42).

3 O COLONIALISMO MODERNO NA GUINÉ E CABO VERDE

Este capítulo vai abordar os principais mecanismos usados pelos portugueses como forma de consolidar o seu poder nas colônias, a partir do século XIX a século XX. Para tal se observou o estatuto indígena, a política fiscal e a política educacional, como sendo um dos pilares que mostra, de uma forma mais clara, as diferenças existentes nesse período. E essas investidas eram baseadas na discriminação e opressão da população desses territórios. Também vai abordar a questão sobre a configuração administrativa das duas colônias, desde a união a separação, e as crises constantes vividas por estes. E são essas crises que fará despertar o espírito de resistência contra o jugo colonial.

3.1 ESTATUTO INDÍGENA: SUA APLICAÇÃO E CONSEQUÊNCIA NA GUINÉ E O CASO DE CABO VERDE

A partir do século XIX, “civilizar” tornou-se uma nova e mais importante agenda dos colonizadores portugueses para com os povos nativos das suas colônias em África. “Civilizar” na ótica dos portugueses da época, implicava a imposição da sua cultura sobre os povos colonizados, pois achavam que a cultura deles era superior à dos nativos. Nesse sentido, em função do seu estado de desenvolvimento econômico e político, Portugal se propôs levar a cabo um projeto “civilizador”, que partiu do pressuposto de que os africanos são inferiores e incapazes de se

autogovernar, não incluindo os cabo-verdianos, pois estes já tinham as formas de autogovernança desde o século XVI.

Com a conferência de Berlim em 1885, a política colonial foi definida. As colônias precisavam ser ocupadas efetivamente, exceto Cabo Verde e São Tomé, pois já haviam sido ocupados pelos portugueses desde o século XV, e os nativos deveriam ser integrados no processo de desenvolvimento da economia colonial. E como o tráfico de pessoas escravizadas já tinha sido abolida desde 1836, Portugal precisava fazer remodelações na sua política colonial, como jeito de manter a exploração nas suas colônias. Daí que os pensadores da época colonial (professores diversos, etnólogos, etc.), criaram um discurso sobre a colonização e sobre os nativos, que era baseado continuamente no racismo e na superioridade dos europeus. Esses discursos sobre os nativos “parado no tempo” e sem “civilização” chegavam ao legislador que, por sua vez, não lhe interessava saber ao fundo sobre esse tal indígena que estava sendo publicitado pelos pensadores portugueses. O interesse deles era elaborar as leis e fazer cumpri-las (MOUTINHO, 2000, p. 97).

Para o legislador, indígena eram todos aqueles de raça negra ou dela descendentes que pela sua ilustração e costumes se não distinguiram do comum daquela raça. Assim estava definido no Art. N° 2 do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, publicado em 1926. Três anos mais tarde, e já depois deste estatuto se ter tornado extensivo à Guiné e aos territórios de Moçambique sob administração das companhias com poderes privilegiados (Decreto N° 13.698 de 30 de maio de 1927), o legislador precisava, ainda, que não indígenas eram todos aqueles de qualquer raça que não fossem considerados indígenas (Decreto 16.473 de 6 de fevereiro de 1929). Esta situação durou até 1954, altura em que foi de novo revista. No então denominado Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (Decreto Lei N° 39.666 de 20 de Maio de 1954), aqueles que "gozavam do estatuto especial", os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que tendo nascido, ou vivendo nessas colônias habitualmente não possuíssem "ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses" (Artigo N° 2) (MOUTINHO, 2000, p. 97).

Segundo Moutinho (2000, p. 98), para Adriano Moreira, o então Ministro de Ultramar, o termo “raça negra” utilizada nessa legislação, não tinha nada a ver com a discriminação racial ou algo parecido. Ele tentou mostrar que nem todos os indivíduos de raça negra que eram considerados indígenas, mas sim somente aqueles que eram nascidos e vividos habitualmente nas colônias da Guiné, Angola e Moçambique. Entende-se que na ótica do Adriano Moreira, só seria racismo se fosse

aplicado para todos os indivíduos da “raça negra”. Isto quer dizer que, como tem alguns negros na condição de não indígena, não é racismo. Pode-se considerar essa atitude como uma atitude disfarçada, que tenta encobrir o verdadeiro rosto deste Estatuto que, na verdade, só dividiu socialmente a sociedade onde foi aplicada. Como bem mostra Zimmermann (2011, p. 2), ele considera que o Estatuto dos Indígenas dividiu a sociedade em três categorias: os portugueses, os assimilados, e os indígenas.

O imposto de *palhota*, como era denominado, era o imposto de habitação, que era paga em espécie ou gêneros, tornou-se numa forma disfarçada do trabalho forçado, pois quem não conseguisse pagar, sofria castigos severos. Esse estatuto teve impactos sociais muito negativo nas colônias de Angola, Guiné e Moçambique. Além dos impostos, o Estatuto estabelecia aptidões e graus de comportamento a que poderia elevar o indígena à categoria de assimilado e ser considerado “civilizado”. Para ser reconhecido como “civilizado”, o indígena tinha que saber, entre outras coisas, ler e escrever corretamente o português, possuir alguma atividade remunerada, ter condutas e comportamentos religiosos dignas de um europeu “civilizado” (ZIMMERMANN, 2011, p. 2).

Em Guiné, na década de 1950, cerca de 99% da população era considerada indígena, sem nenhum direito, por não possuírem os tais hábitos civilizacionais europeus. E apenas os restantes 1% usufruíam os mínimos privilégios concedidos aos assimilados, que oficialmente negaram a cultura e hábitos do africano (ZIMMERMANN, 2011, p. 3).

A obtenção da cidadania portuguesa era feita por um processo de aculturação e assimilação, ou seja, mediante a separação do negro com a sua cultura, através da educação escolar, que era uma autêntica arma para transformar o negro num cidadão português. E o processo era moroso, e os direitos reservados a esses cidadãos que o conseguiam, não se comparava com aquela vivida na metrópole. Henriques (2015, p. 5) foi ainda mais longe dando detalhes de quais as provas os nativos passavam para conseguir o estatuto de assimilado na Guiné Portuguesa. Segundo ela:

Quando uma pessoa requeria o estatuto de assimilado, tinha de provar que já não praticava as cerimónias tradicionais e que se vestia como um europeu. As mulheres tinham de desfrisar o cabelo, desfazer as tranças africanas e até se perguntava aos comerciantes quantos litros de vinho a

peessoa comprava por semana, se comprava bacalhau e grão- de-bico (HENRIQUES, 2015, p. 5).

Na Guiné Portuguesa, havia uma clara divisão entre os indígenas e os assimilados. Os assimilados podiam andar por onde quisessem e quando quisessem. Mas para o indígena, tudo era contrário. O indígena tinha que fazer o pedido de “*guia de marcha*” à administração local. E para conseguir essa guia que lhe permitia circular no centro urbano, ele tinha que responder a várias perguntas. E quando lhe era concedido a tal guia, ele não poderia ultrapassar os dias que lhe foram concedidos para estar no centro urbano. E além dessa “*guia de marcha*”, o indígena tinha uma caderneta, que era obrigatória para todos os homens, a partir de 1920 (HENRIQUES, 2015, p. 2). E na ótica do Moutinho (2000, p. 102), o indígena era, daquele ano, *um indivíduo com fotografia e impressão digital, com determinado modo de cumprir a "obrigação moral e legal de trabalho", casado com, e pai de, prestando serviço a tal patrão e que pagou o imposto em tantos de tal, residente em tal sítio.*

E ainda segundo nos conta Henriques, na Guiné dos anos 40 e 50, os portugueses usavam o apito para ordenar a entrada e a saída dos negros do espaço urbe colonial. Às 6 horas era o apito de entrada, e às 18, o da saída. E como Bissau começou a desenvolver a partir dos portos, havia, desde os anos 40, um muro para separar as populações africanas dos comerciantes portugueses que viviam nessa zona (HENRIQUES, 2015, p. 6).

Isso mostra todo o esforço dos colonizadores em tentar controlar a população colonizada dessa região e manter a sua soberania.

Contrariamente da Guiné, Angola e Moçambique, o Estatuto de Indígenas não foi aplicado em Cabo Verde nem em São Tomé. Marcelo Caetano, o então ministro da Presidência do Conselho de Ministro (1955-58), defendia em 1955 que a população cabo-verdiana era toda “civilizada”, pois já tinham assimilado os hábitos e os costumes do povo europeu, portanto não se aplicava a eles o tal Estatuto (CONCEIÇÃO NETO, 2016, p. 4).

E Segundo Borges, apesar de não aplicação do Estatuto em Cabo Verde, a situação não era muito diferente dos restantes territórios onde foi aplicado, pois haviam outros *diplomas legislativos* que acabaram por ditar quase as mesmas regras que o Estatuto. Em destaque de alguns decretos lei, ele traz:

Decreto-lei de 27 de maio de 1911”, que regulou para o território o contrato de trabalhadores cabo-verdianos, e a aplicação do chamado “regulamento do trabalho indígena” pela Portaria n.º 109 de 1913. Este último estabelecia que “Todo o indígena da província de Cabo Verde está sujeito à obrigação moral e legal, de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhe faltem de subsistir e de melhorar a própria condição social. Tem plena liberdade para escolher o modo de cumprir essa obrigação, mas, se não cumprir de modo algum, a autoridade pública pode impor-lhe essa obrigação (artigo 1.º) (BORGES, 2008, p. 53).

Observa-se uma certa flexibilidade por parte do colonizador em relação a população negra e mestiça de Cabo Verde. Esta lei esteve em vigor até 1947, altura em que foi abolida.

A não aplicabilidade do Estatuto aos naturais de Cabo Verde, também foi explicado no preâmbulo da Diploma legislativo n.º 956, de 4 de novembro de 1947, mas por um outro viés. Segundo o preâmbulo:

As crises resultantes da falta de chuvas tendem a ser sempre mais frequentes e mais graves, parecendo por isso aconselhável que se facilite a saída da colónia de indivíduos com trabalho assegurado em outras colónias. O cumprimento das formalidades exigidas pelas leis vigentes acarreta despesas que a maioria, se não a totalidade, dos que pretendem emigrar não poderia suportar. As populações de Cabo Verde, segundo a redacção dada ao único artigo 246.º da Carta Orgânica da Lei n.º 2016, de 29 de maio de 1946, não estão sujeitas nem à classificação de indígena nem ao regime de indigenato. É porem manifesto que as regalias que o Código do Trabalho Indígena garante aos trabalhadores são mais vantajosas para eles do que as estabelecidas no Código Civil. Por isso se reconhece a necessidade de estabelecer normas de contrato que, garantindo aos trabalhadores contratados de Cabo Verde todas as regalias que o Código do Trabalho Indígena oferece, não os sujeitem a exigências incompatíveis com o seu grau de civilização (BORGES, 2008, p. 53-54).

Ficou claro que a não aplicabilidade do Estatuto segundo esse preâmbulo tem a ver com a emigração, e fatores culturais e raciais, já eram “civilizados e católicos, condições que são particulares de Cabo Verde. Mas isso também nunca foi um obstáculo na exploração da mão-de-obra em Cabo Verde, embora não seja comparável a que as populações da Guiné sofriam. E apesar de serem considerados “civilizados”, os cabo-verdianos só viriam a ser reconhecidos formalmente como cidadãos portugueses em 1947.

Havia também uma clara divisão entre os negros, mestiços e portugueses. Os negros eram os mais discriminados. Aliás dentro de Cabo Verde, os cabo-verdianos não conseguiam gozar dos seus direitos de cidadão, eles só conseguiam gozar disso, quando emigrassem para outras colónias portuguesas em África. Por exemplo

os que eram enviados à Guiné em missão de serviço, recebiam um tratamento mais especial do que os nativos (BORGES, 2008, p. 57).

O Estatuto Indígena vigorou até ao ano 1961, altura em que Adriano Moreira, Ministro de Ultramar decidiu, através de um Decreto-Lei 43 893 de 6 de setembro de 1961, revogar o tal Estatuto. A revogação tinha haver com a tentativa de solucionar os problemas sociais nas colônias. Essa revogação não diz respeito a Cabo Verde, pois não foi aplicado lá (MARTINS, 2009, p. 34). E durante o período colonial a Educação foi uma importante arma usada na tentativa da implementação do projeto assimilacionista que acabou por não dar certo na Guiné, visto que apenas 1% é que tinha acesso à educação escolar.

3.2 EDUCAÇÃO COLONIAL NA GUINÉ E CABO VERDE

A Educação escolar é tida como uma importante arma na difusão da cultura e no processo de formação da futura força motora de qualquer sociedade. Ela pode ser emancipadora, bem como opressora, dependendo do sistema que a promove.

Na sequência da reforma da instrução pública em Portugal, no ano 1830 a 1835, foi reorganizado, ao abrigo do Decreto 14 de agosto de 1845, o ensino primário nas províncias do Ultramar. Este Decreto introduziu as bases para a edificação das escolas públicas nas colônias portuguesas da África, estabelecendo princípios orientadores do ensino primário. Contudo, não houve uma aplicação imediata desse Decreto nas colônias, isso só foi verificada mais tarde, a partir dos anos de 50 e 60. E em 1892, pelo Decreto de 3 de setembro, foi a introdução do ensino secundário nas colônias, primeiramente em Cabo Verde e mais tarde nas outras colônias, incluindo Guiné em 1959. (MONIZ, 2007, p. 152). O ensino secundário foi muito útil para os colonizadores, pois lhes permitia formar funcionários para exercerem cargos administrativos nas colônias.

No período colonial, a educação escolar foi, como disse Borges (2008), um veículo de transmissão de cultura europeia e da *desafricanização das mentes* dos africanos. Seguindo também a ideologia do Estatuto do indigenato, a educação escolar, tornou-se um importante modelo de opressão e da difusão da ideologia colonialista, tentando separar drasticamente o aluno do seu meio social.

Apesar de ser projetado com as finalidades acima elencadas, ela não teve esse impacto, principalmente na Guiné, onde 99% não tinha acesso educação escolar.

Por outro lado, também serviu como um importante instrumento de luta anticolonialista, visto que todos os nacionalistas africanos passaram pelas escolas coloniais.

O Estado via as populações colonizadas como uma força de trabalho, que deviam ser instruídas nas técnicas de trabalho, como forma de melhorar e aumentar a produção, por isso:

A educação católica destinada aos «indígenas», consistia que estes adquirissem hábitos e aptidões de trabalho de harmonia com os sexos, condições e conveniências das economias regionais, compreendendo na moralização o abandono da ociosidade e a preparação de futuros trabalhadores rurais e artífices que produzam o suficiente para as suas necessidades e encargos sociais (BORGES, 2008, p. 50).

E no que diz respeito a separação dos alunos segundo o sexo, as meninas eram separadas das famílias desde criança para estudarem em regime de semi-internato, tanto na Guiné como em Cabo Verde, como forma de reduzir as influências das famílias na sua educação. E elas eram instruídas nos hábitos e costumes dos povos ditos “civilizados”, como por exemplo: “ *hábitos de limpeza, higiene e decência e moralidade, ao mesmo tempo que faziam todo o trabalho doméstico necessário no funcionamento da escola - lavagem de roupa, cozinha, serviço de mesa, costura*” (MOUTINHO, 2000, p. 106). Na Guiné, apenas 41 crianças nesse regime (CÁ, 2015, p. 58).

E quanto aos rapazes, além do ensino moral e aprendizado da língua portuguesa, o ensino era baseado na instrução de profissões manuais.

Viam nos nativos não aquilo que eles eram, mas sim aquilo que eles queriam que fossem ignorando todas as formas de educação local ali encontrada. E como bem disse M'Bokolo:

Os europeus ignoravam ou desprezavam os sistemas educativos africanos: baseados na oralidade, organizados muitas vezes em estágios iniciáticos e marcados por ritos de passagem, permitiam aos adultos socializar os mais jovens e transmitir-lhes os saberes necessários à vida quotidiana, os comportamentos sociais e as ciências tradicionais ou os comportamentos religiosos (MBOKOLO, 2007, p. 444 apud BORGES, 2008, p. 23).

Sendo assim, o sistema de ensino proposto pelos colonizadores em nada se identificava com a população local, pois o que era ali ensinado, era sobre tudo, a história e a geografia de Portugal, na língua do colonizador, ignorando

completamente as realidades africanas, desrespeitando a sua cultura e modos de vida. E tudo isso tinha um objetivo: *assegurar a continuidade da nação* e difundir continuamente os valores da civilização portuguesa (CASSAMA, 2014, p. 26).

Com exceção de um pequeno período de tempo durante a primeira República (1910-1926), a política educativa referente às populações das colônias, sempre esteve a cargo dos missionários católicos. A estratégia e o discurso adotado pelos colonizadores em colaboração com os missionários para expandir a sua dominação na Guiné, era exatamente como nos descreve Namone:

[...] era simplesmente o de que pretendiam evangelizar os africanos, ou seja, trazer “Deus” para eles. Assim, para o senso comum europeu, os africanos acreditavam em feitiçarias e demais crenças próprias de uma mentalidade primitiva. E, por isso, eles deveriam submeter-se à “civilização”, através da evangelização (NAMONE, 2014, p. 39).

As missões católicas eram um braço direito do Estado português na expansão da sua civilização para as suas colônias, principalmente para aquelas cujo a população era considerada “não civilizada”, como por exemplo a Guiné. E foi lá que a igreja católica exerceu um papel importante na implantação e no funcionamento do sistema educativo colonial (apesar de ter fracassado), ajudando na educação dos indígenas, enquanto o Estado colonial se responsabilizava pela educação dos “assimilados” ou “civilizados” (NAMONE, 2014, p. 40). Nesse sentido, a igreja católica estava dentro de um projeto político que legitimava a presença colonial em África.

A Concordata de 1940, assinada entre Portugal e o Vaticano, e o Acordo Missionário de 1941, encarregava as missões católicas o “ensino rudimentar”, seguindo os princípios constitucionais, baseados no uso da escola como um elemento de fundamental na consolidação do seu poder nas colônias. A inferiorização dos negros e das suas culturas e a exaltação do homem branco e das suas culturas, constituem papéis importantes do ensino colonial na manutenção do seu poder nas colônias (BORGES, 2008, p. 24).

Na Guiné, antes da chegada dos portugueses, existia uma educação que era baseada na tradição oral, completada pelos ritos de iniciação, valorizada pela população local. Essa Educação vai além da educação escolar introduzida pelos colonizadores. Mas com a dominação colonial, a cultura europeia cristã tentava penetrar na população local, por meios dos missionários católicos, através de um

processo de assimilação, que tentava assim transformar essa população em cidadãos portugueses.

Uma das condições necessárias para ter o cartão de identidade português, era saber ler e falar em português. Era proibido falar línguas étnicas ou o crioulo nas escolas. A manifestação cultural do negro africano era considerada como uma manifestação selvagem (CÁ, 2000, p. 7)

Segundo Namone (2014, p. 41), a educação escolar rudimentar foi implantada, na Guiné, por volta de 1663, mas era ineficiente e limitado a poucos nativos que tinham uma relação com o missionário. E essas escolas não dispunham de apoios didáticos e funcionavam sem apoio pedagógico

A Educação colonial na Guiné começou a funcionar com mais visibilidade só a partir do século XIX, e dedicava-se a dar instruções mínimas para cerca de 1% dos chamados “assimilados” como forma de facilitar a comunicação com os restantes nativos, visando assim a fortalecer a exploração e a dominação. E as poucas escolas que existiam na época, estavam centradas nas zonas urbanas, e as populações das zonas rurais não tinha acesso ao ensino até depois do início da luta armada contra o colonialismo português em 1963, liderada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Segundo Cá (2000, p. 18), durante o processo de luta de libertação, o PAIGC formou muito mais quadros que o colonialismo em cinco séculos. Em dez anos, de 1963 a 1973, foram formados os seguintes quadros do PAIGC: 36 com curso superior no estrangeiro, 46 com curso técnico médio, 241 com cursos profissionalizantes e de especialização e 174 quadros políticos e sindicais. Contrariamente do período colonial de 1879 até 1961, onde só havia apenas 14 guineenses com curso superior e 11 ao nível do ensino técnico, e eram “portugueses assimilados”. E no que se refere às taxas de analfabetos segundo a cultura letrada europeia, em 1950 a Guiné aparece à frente de todas as colónias portuguesas em África: “[...] a *“Guiné Portuguesa”* apresentava maior índice (98,85%), seguida por *Moçambique* (97,86%), e depois *Angola* (96, 97%); e por último, *Cabo Verde* com (78,50%) (NAMONE, 2014, p. 34). Esse fato mostra a falta de investimentos no setor educativo da Guiné, pois os portugueses só estavam interessados em explorar o território, contrariamente de Cabo Verde que teve maior investimento, por ser uma colônia cujo na qual o seu povoamento foi protagonizado pelo Governo português,

razão pela qual só veio a conhecer o seu primeiro Liceu em 1959, na altura denominada por Liceu Honório Barreto, hoje, Kwame Nkrumah.

Na Guiné, o projeto educativo foi um fracasso. Esse fracasso permitiu os guineenses a manterem vivas as suas línguas maternas e o crioulo, que hoje se pode dizer é uma língua mais falada em relação ao português, que é considerada a língua oficial.

Em Cabo Verde, os primeiros estabelecimentos do ensino rudimentar surgiram por volta de 1535, quando chegaram ao arquipélago os primeiros sacerdotes católicos com a finalidade de catequizar as pessoas escravizadas que eram levadas ali (MONIZ, 2007, p. 3).

Em 1570, foi criada o primeiro seminário em Cabo Verde, “o seminário de S. Thiago em São Nicolau, mas não durou muito. Alguns anos mais tarde, em 1657, foi fundada o convento da Ribeira Grande, que funcionava também como centro de ensino, onde lecionavam as disciplinas de Teologia, Latim e Moral. Mas a primeira escola de ensino primário oficial foi criada na Praia em 1817, tendo sido interrompida com a morte do seu mestre, mas reativada depois em 1821. E em 1844, com através de verbas disponibilizadas pela metrópole, foram criadas mais de 38 escolas de ensino primário, introduzindo com isso, melhorias significativas no sistema educativo (FURTADO, 2008, p. 11)

O sistema de ensino que ali foi implantada, em nada se difere das outras colônias, aliás pode-se dizer que o projeto de *desafricanização das mentes* alcançou um bom número da população que ali viviam, pois 21,50% tinham acesso à educação escolar em 1950. Ali estudavam a história e geografia de Portugal e em português. A língua crioula era proibida nas escolas. O estudante estudava um país que nem chegou de visitar e provavelmente nem chegaria a conhecer, e o seu afastamento em relação com continente africano, em muito contribuiu para o desconhecimento e uma certa não identificação com o continente, um assunto que é hoje muito debatido no arquipélago (BORGES, 2008, p. 24).

Segundo Moniz (2007, p. 7) depois de vários processos de criação de escolas fracassados, finalmente em 1860, através de um decreto datado de nº 313-A, de 15 de dezembro, foi criado em Cabo Verde, na cidade de Praia, o primeiro Liceu Nacional (ensino secundário). Ali ensinavam: Latim, Filosofia Racional e Moral, Teologia, Francês, Inglês, Desenho, Matemática. E segundo Moniz,

Este Liceu teve vida efêmera posto que os professores, alegando falta de pagamento dos seus honorários, desapontados, pediram demissão, ficando o referido estabelecimento de ensino reduzido a salas de instrução primária, Teologia e Desenho, até extinguir-se totalmente (MONIZ, 2007, p. 7).

Este Liceu não sobreviveu por muito tempo, pois o Estado português parecia não estar financeiramente bem para responder às reivindicações dos professores que ali lecionavam.

Mais tarde, o primeiro estabelecimento do ensino secundário em São Nicolau, criado em 1866, foi transformado num Seminário-Liceu em 1892, pelo Decreto de 3 de setembro. Nota-se que se passaram quase cem anos, para que a Guiné recebesse o seu primeiro Liceu.

Alguns anos depois, isto é, por volta de 1950, quando Cabo Verde já tinha muitas escolas espalhadas por quase todo o arquipélago, pouco mais de 6.000 alunos frequentavam o ensino primário em Cabo Verde, e cerca de 500 no ensino pós-primário. Dez anos mais tarde, o número de alunos passou para 10.000, dos quais 1.500 frequentavam as escolas secundárias, um número muito superior à da Guiné, que nesse mesmo período contava com cerca de 4.765 alunos no ensino primário (CÁ, 2015, p. 49). E os alunos eram ensinados basicamente a ler e escrever e a fazerem cálculos, uma educação considerada justificável ao projeto colonial. Cabo Verde foi uma das primeiras colônias africanas a ter uma rede de ensino básico e um estabelecimento de um ensino secundário, porque a metrópole tinha destinado uma parte do seu orçamento para investir no setor educativo cabo-verdiano, a contrário da Guiné onde não teve esse investimento.

Em todo esse processo o Estado e a igreja sempre andaram de mãos dadas, alimentando o projeto assimilatório, que por sua vez, era escondida por detrás da expansão das “boas novas” e “salvação das almas”.

O maior acesso dos cabo-verdianos ao sistema de ensino possibilitou a inserção destes na administração colonial tanto em Cabo Verde, embora seja um número muito reduzido, assim como na Guiné (FURTADO, 2008).

3.3 CONFIGURAÇÃO DA GUINÉ E CABO VERDE NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA COLONIAL

As constantes hostilidades entre os portugueses e os nativos da Guiné, registradas desde a chegada destes, o clima e a insalubridade, nunca permitiram os

portugueses a usarem tanto a Guiné assim como Cabo Verde como uma colônia de assentamento, mas sim, apenas de exploração. Cabo Verde, cuja descoberta e o povoamento foram protagonizados pelos portugueses desde 1462, tornou-se um ponto estratégico muito importante e mais confiável para o controle administrativo, tanto de Cabo Verde assim como da Guiné. Apenas em 1879 a Guiné foi separada administrativamente de Cabo Verde.

Nos meados de 1850, em Cabo Verde, vários problemas da educação, saúde, higiene, comunicação infraestrutura, a cargo das comunidades ou da igreja, vão ser assumidas pelo Estado português, para serem melhoradas e usadas única e exclusivamente, a serviço deste. O Estado investiu muito nessas áreas, e principalmente na educação, construindo escolas por quase todo o arquipélago, e reduzindo assim o índice de analfabetos para 78,50%, considerada o menor de todas as colônias portuguesas em África.

O aparelho administrativo da Guiné era ocupado fortemente por cabo-verdianos, que por sua vez, mantinham uma convivência de superioridade com os guineenses. Havia pouco investimento na Guiné em relação à Cabo Verde, pois Portugal não dispunha de meios financeiros suficientes para cobrir as despesas, motivo pela qual privilegiou mais Cabo Verde. Essa falta de investimentos atingiram todas as áreas, inclusive da educação e saúde, dois componentes que são fundamentais no desenvolvimento de qualquer sociedade.

Como já tinha sido tratado acima, o fraco investimento no ensino e a restrição deste ao número reduzido da população, fez como que a Guiné registasse a maior taxa de analfabetismo de todas as colônias portuguesas em África, cerca de 98,85%, em 1950. Com isso, não havia pessoas capacitadas para ocuparem os cargos administrativos, e os portugueses não estavam interessados em resolver essa situação, pois essa mão de obra a que precisavam era suprida pelos cabo-verdianos. Em comparação, em Cabo Verde havia muitas escolas, e muitos cabo-verdianos tinham acesso a elas. Por isso, os portugueses recrutavam funcionários em Cabo Verde para ocuparem os cargos administrativos na Guiné, porque eram os mais preparados e mais confiáveis para os portugueses. (CASSAMÁ, 2014, p. 52).

Em 1925, os cabo-verdianos já constituíam 27% dos administradores, e 61% dos chefes de posto, os altos. Esses funcionários mantinham uma relação estreita com os colonizadores, e exerciam o enorme poder concedido a eles pelo governo colonial. Os funcionários cabo-verdianos a serviço do governo colonial tinham as suas áreas de jurisdição, onde eram

responsáveis pela “manutenção e tranquilidade pública”, coleta de impostos coloniais e pelo recrutamento forçado de trabalho gratuito para a construção e manutenção das estradas, pontes, edifícios do governo e residências (CÁ, 2015, p. 26).

Enquanto os portugueses figuravam no topo da hierarquia social na época, os cabo-verdianos eram os interlocutores diretos dos portugueses com os nativos da Guiné. E o setor comercial era totalmente dominado por patrões e empregados cabo-verdianos. E a nível inferior, figuravam os agricultores e trabalhadores assalariados guineenses (HENRIQUES, 2015, p. 16).

Apesar dessa vantagem em relação a Guiné, os cabo-verdianos tinham acesso restrito para exercer cargos administrativos local, na década de 1900. Os negros eram sistematicamente excluídos pelos portugueses por não possuírem as “*partes e qualidades necessárias*” para assumirem as funções administrativas superiores. Assim, ser branco era condição básicas para desempenhar qualquer função administrativa. E a hierarquia social cabo-verdiana no século XX, figurava em primeiro lugar, o Governador, e depois vem os ouvidores gerais, os feitores e provedores, sendo os nativos, na última posição (CÁ, 2015, p. 27).

E a partir do século XIX, havia uma elite intelectual cabo-verdiana com grau de formação e experiência administrativa muito avançada, que disputavam um lugar na administração colonial local, o que acabariam por conseguir nos meados de 1960. E até na altura da sua independência em 1975, todos os cargos administrativos eram já ocupados pelos nacionais.

Nota-se que para manter o domínio e controlar esses dois territórios, a Guiné era administrada a partir de Cabo Verde até 1879, altura em que foram separadas administrativamente, e a Guiné ganhou autonomia e passou a ter um governador próprio, e Bolama torna-se a primeira capital da Guiné.

Quando se deu separação administrativa o Governo português adotou uma nova estratégia de ocupação direta na Guiné, com intuito de controlar o território e consolidar os projetos de exploração. Para isso, em 1904, foi posta em vigor o *imposto de palhota*. E segundo Tavares e Teixeira (2013, p. 880), o *imposto de palhota* “[...] tinha o objetivo cobrir as despesas administrativas da colônia e de promover o cultivo obrigatório de campos de amendoim na Guiné, um produto que se tornava altamente valorizado no período em questão”

O *imposto de palhota* foi um dos mecanismos encontrados pela administração colonial como forma de impulsionar a economia na Guiné, e desenvolver um modo

de produção tipicamente capitalista voltada para exportação. Amendoim e arroz foram um dos principais produtos que os portugueses exportavam e que eram rentáveis a administração nesse período. E era o cultivador nato, o criador de gado, o apicultor, o pescador que sustentavam a administração com as suas contribuições de imposto de palhota.

Como havia resistência por parte dos nativos em pagar esses impostos, e em alguns casos entravam em conflitos com os colonizadores por causa disso. Esse motivo obrigou o Governo português a promover as campanhas de pacificação (1913-1915), que se estendeu até 1936, quando os territórios insulares foram pacificados. Essas campanhas tinham como finalidade controlar os territórios da Guiné para obrigarem os nativos a cumprirem com essas obrigações impostas. Os que não pagavam o imposto, eram submetidos ao trabalho forçado, nas construções das estradas, portos e algumas casas que albergavam os administradores. Esse imposto vigorava apenas na Guiné (TAVARES; TEIXEIRA, 2013, p. 881).

Logo após as campanhas de pacificação (1913/15), nos anos 1920, algumas firmas europeias foram encorajadas a investirem no setor agrícola virada a exportação. Entre as primeiras, e com mais sucessos, encontrava-se a Companhia Agrícola e Fabril da Guiné, era uma pequena empresa de extração de óleo de palma fundada em 1920, em Bubaque, pelos Ingleses Isaac e Thomas Howkins. A esta concessionária adicionou-se, mais duas que alargaram o monopólio da comercialização a um grupo de ilhas no Arquipélago dos Bijagós como Robane, Soga, Eguba e Enu. Entre 1926 e 1932, a exploração de óleo de palma aumentou de 68 para 319 toneladas. Mas a produção sofreu uma interrupção abrupta, depois da partida dos alemães, provocada pelo fraco poder financeiro para o investimento.

As outras companhias que entraram na exploração das plantações foram: A Sociedade Agrícola de Gambiel (antiga Companhia de fomento Nacional), a Companhia Agrícola de Fá, Insular da Guiné, a Companhia Estrela de Farim e a *Compagnie Cotoniere de Lá Guineé Portugaise*. Mas os baixos salários pagos aos funcionários nativos, fizeram com que houve uma baixa produtividade agrícola no território. Um outro fator que contribuiu também para o fracasso dessas companhias, tem a ver com o fraco poder financeiro a que dispunham para o investimento (TAVARES; TEIXEIRA, 2013, p. 887-888).

E já em 1952, a Guiné se encontrava dividido em três conselhos administrativos (Bissau, Bolama e Bafatá) e nove circunscrições representados por

um administrador (o regedor) cada, que eram responsáveis pela coleta de impostos e recrutamento da mão de obra.

Devido as constantes repressões do Governo colonial e a exploração desumana a que os nativos da Guiné estavam submetidos pelas companhias de exploração, obrigou os nativos a se organizarem para exigirem a melhoria nas condições do trabalho e salários dignos. A exemplo disso, em 3 de agosto de 1959, ocorreu uma greve dos estivadores da Casa Gouveia no Pindjiquiti, mas essa reivindicação acabou com uma repressão da Polícia Internacional da Defesa do Estado (PIDE). Eles interviram disparando contra os manifestantes, provocando assim vários mortos e feridos. Este massacre foi aproveitado politicamente pelo PAIGC como um marco histórico para impulsionar a agitação nacionalista e promover a campanha anticolonialista, que veio a culminar com a proclamação unilateral da independência da Guiné em 1973.

3.4 ADMINISTRAÇÃO COLONIAL CABO-VERDIANA FACE AS CRISES DE FOME

Por sua vez, Cabo Verde nesse período se encontrava mergulhado numa crise profunda, em uma desordem administrativa autêntica. Desde que perdeu o monopólio do tráfico de escravizados e afetado por constantes crises ambientais, Cabo Verde quase caiu no esquecimento português. As secas, as fomes e as epidemias tiveram reflexo direto na administração local, provocando revolta da população.

E diferentemente da Guiné, Cabo verde não tinha solos que favoreciam uma agricultura em potência, pelo que a sua economia, no século XIX e XX, se concentrava principalmente na exploração de sal (o maior de todas nesse século) da urzela, do âmbar, do dragoeiro, das tartarugas, peles, couros, aguardente e óleo de purgueira. Mas a partir de 1930-73, Cabo Verde importava mais produtos da metrópole do que exportava, isso tudo se deve a seca que arruinava o país.

Em 1929 São Vicente passou uma das suas maiores crises de desemprego. Os trabalhadores, estudantes e professores protagonizaram uma revolta contra a administração local, isso levou o comandante militar a instalar um Governo militar e assumisse todas as atribuições policiais da cidade. E em 1934 o célebre Capitão Ambrósio de Gabriel Mariano, hasteando uma bandeira negra da fome onde estava escrito *crise*, liderou um grupo de revoltados que invadiram a alfândega de São

Vicente, levando com eles as mercadorias para a distribuir a população local, como forma de minimizar o sofrimento da fome.

A fraca produção agrícola se acentuou mais em 1941, levando o Governo português a declarar o estado de crise nesse arquipélago. Para minimizar a crise de fome provocada pela falta de chuvas, o Governo da metrópole concedeu uma verba de 800.000\$00, destinada à abertura de trabalhos públicos (BORGES, 2008, p. 29). A autora ainda salienta que um dos motivos da grave crise no arquipélago também tem a ver com a situação internacional (Segunda Guerra mundial) que teria provocado a falta de movimento no porto de São Vicente, que era uma das grandes fontes de rendimento econômico do arquipélago, e conseqüentemente teve reflexão no comércio externo dificultando a circulação dos produtos.

Em dezembro desse mesmo ano, foi criado pelo Diploma legislativo n.º 722, uma Comissão de Assistência Pública com sede na praia, com delegações em todos os conselhos, incumbidos de estudar e propor aos Governador providências mais oportunos e eficazes para o socorro da população (BORGES, 2008, p. 30).

À crise alimentar acrescentam-se ainda em 1941 o aparecimento das epidemias (tracoma, malária e a febre tifoide) que contribuíram para o aumento de números de mortos. Estima-se que entre 1774 a 1975 mais de cento e vinte mil pessoas foram vítimas da fome e das epidemias E ainda houve emigração para algumas colônias portuguesas em África e também para Estados Unidos (MARTINS, 2009, p. 43). E ainda o Governo colonial, seguindo as instruções da Metrópole, chegou mesmo a negar uma ajuda dos EUA para os cabo-verdianos que estavam apelando para uma ajuda estrangeira nessa época de crise. Apenas em 1959/60 que o Governo da metrópole elaborou um plano de abastecimento do arquipélago, cujo o objetivo era fazer o levantamento das causas da seca e conseqüentemente da crise alimentar e estudar uma forma de combater os seus efeitos (BORGES, 2008, p. 32)

Face as novas condições a que o arquipélago se encontrava (importava mais do que exportava), o Governo da metrópole decidiu, em 1962, criar um imposto sobre consumo. Esse imposto era aplicado sobre os produtos que eram importados, e as receitas eram convertidas para colmatar o déficit orçamentária do arquipélago.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho procurou-se trazer à tona, através do método comparativo, os fatos e elementos que permitissem observar as diferenças e as semelhanças da colonização portuguesa na Guiné e Cabo Verde. Ao analisar a política de consolidação do poder colonial, no século XX, podemos observar que o Estatuto indígena foi aplicado na Guiné, mas não em Cabo Verde devido as questões culturais (já eram civilizados, católicos e mestiços, portanto, mais próximos da civilização portuguesa). Só que a não aplicação desse Estatuto, não significou que os cabo-verdianos viviam uma vida muito diferente à dos guineenses em Cabo Verde, muito pelo contrário, os negros também tinham dificuldades em ocupar os cargos administrativos locais.

Os cabo-verdianos só conseguiam desfrutar das vantagens de serem “assimilados” quando eram enviados para as outras colônias, incluído Guiné, em missão de serviço ou em regime permanente.

No que se refere à educação, apesar da Guiné ter registrado um ensino rudimentar no século XVII, ao contrário de Cabo Verde, não o desenvolveu. De fato, foi quase inexistente e limitado a um número insignificante da população, pois não havia interesses por parte dos portugueses em investir no ensino na Guiné, contrariamente de Cabo Verde onde o ensino se desenvolveu muito rápido devido as verbas destinadas para o investimento nesse setor. Cabo Verde foi uma das primeiras colônias africanas a ter uma rede de ensino básico e um estabelecimento de um ensino secundário, a contrário da Guiné que só veio a conhecer o seu primeiro estabelecimento de ensino secundário em 1959, quase cem anos depois de cabo verde.

O estabelecimento do ensino secundário permitiu com que Cabo Verde se tornasse uma base onde os portugueses formavam os administradores para enviar para outras colônias, incluindo Guiné. E apesar de Cabo Verde ter um sistema de ensino superior à da Guiné, todos eles tinham o mesmo objetivo, tornar esses indivíduos como portugueses, isto é, *desafricanizar as mentes* deles.

Devido à falta de um sistema de ensino para formarem quadros na Guiné, não havia quadros a altura de assumirem os postos administrativos ali, pelo que os portugueses recrutavam quadros em Cabo Verde para assumirem esses postos. Havia um esmagador número de cabo-verdianos que ocupavam esses postos. Eles

eram os intermediários direto dos portugueses com os nativos. E a nível do comércio, os donos das lojas e empregados todos eram cabo verdianos, os guineenses figuravam abaixo do nível da hierarquia social como os trabalhadores assalariados. Por outro lado, os cabo-verdianos, principalmente os negros, dificilmente tinham acesso a esses postos administrativos em Cabo-Verde, porque eram discriminados, e considerados desprovidos de capacidade suficiente para exercerem os tais cargos. Eles recebiam um tratamento diferenciado apenas quando se referia a comparação com as populações das outras colônias, incluindo Guiné, pois na visão eurocentrista dos portugueses, como haviam poucos guineenses que tinham acesso à educação escolar, eram considerados como “não civilizados”.

Essa configuração administrativa a qual Cabo Verde era visivelmente privilegiado, permitiu com que os portugueses controlassem e explorassem essas colônias do jeito mais fácil. Em 1879, essas duas colônias foram separadas administrativamente, e foi nessa altura que Portugal decidiu ocupar efetivamente a Guiné para a exploração econômica. Para tal, instituiu *impostos de palhota* à população guineense como forma de impulsionar a economia local, mas isso acabou por criar desconforto a população, porque estavam sendo explorados desumanamente. Tudo isso contribuiu para agravar mais a tensão existente, obrigando o surgimento de grupos e movimentos revoltosos para se oporem ao sistema colonial.

Do mesmo jeito, Cabo Verde estava assolado pelas constantes crises ambientais, provocando fomes e emigração dos cabo-verdianos para as outras colônias portuguesas e para os Estados Unidos. A população vivia num total abandono da metrópole. Havia uma desorganização total, o que levou as constantes revoltas e manifestações contra o sistema colonial.

A opressão e a exploração desumana dos colonizadores fizeram despertar o espírito de nacionalismo nessas populações, que foram se mobilizando socialmente e politicamente através de movimentos para lutarem contra o sistema colonial. E foi nesse espírito de mobilização de luta que se destacou o PAIGC, que decretou uma “ação direta” contra os colonizadores em 1963. E foi através desse esforço conjunto entre as populações da Guiné e os cerca de 30 cabo-verdianos envolvidos na luta que essas duas colônias viriam a proclamar as suas independências, em 1973 e 1975 respectivamente.

Procurou-se ao máximo trazer os aspectos da colonização portuguesa e a forma como elas foram desenvolvidas nessas duas colônias, que visivelmente foram diferentes. Isso permitiu ter uma visão mais ampla, a fim de conseguir desenvolver essa temática.

Foi difícil encontrar alguns materiais escritos que me permitissem fazer um estudo mais aprofundado sobre o que passava dentro dessas sociedades coloniais, principalmente de Cabo Verde. A forma como eram tratados os negros no dia a dia em relação aos mestiços, os lugares a que eram proibidos ou não de frequentar e por aí fora. E também foi difícil encontrar materiais que falam profundamente da administração colonial cabo-verdiana depois da separação com a Guiné.

E futuramente pretendo desenvolver essa temática, mas num outro viés, tratando das relações bilaterais entre estes dois países e Portugal, após a independência.

Referências

ALEXANDRE, Valentim. A descolonização portuguesa em perspectiva comparada. In: FRANCO, Manuela (Ed.). **Portugal, os Estados Unidos e a África Austral**. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2006. p. 31-59.

SILVA, António E. Duarte. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, v. 25, n. 9, p. 31-55, maio 2014. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/cea/article/download/8620/6170>>. Acesso em: 03 maio 2016.

AUGUEL, Moema Parente. **O desafio de escombros**: nação identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamound, 2007.

_____. 8 desafios de ensino superior na África e no Brasil: a situação do ensino universitário na Guiné-Bissau e a construção da guineidade. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 15, p. 137-159, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/154>>. Acesso em: 03 maio 2016.

BENTO, Artur Monteiro. Cabo Verde, comércio Interno, bem-escravo e a cobiça da riqueza ilícita de seus moradores entre os séculos XV E XIX. **Histórica**: revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, v. 10, n. 61, p. 6-20, maio 2014. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica61.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2016.

BORGES, Sónia Vaz. **Amílcar Cabral**: estratégias políticas e culturais para independência da Guiné e Cabo Verde. 2008.171 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/411>>. Acesso em: 03 maio 2016.

BRITO, Bertelina Maria do Rosário de. **Comércio de algodões e cavalos em Cabo Verde (1460-1535)**. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em História Moderna) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/20630>>. Acesso em: 03 maio 2016.

CÁ, Lourenço Ocuni. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973). **Revista On-line da Biblioteca Prof. Joel Martins**, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 1-19, out. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/561/576>>. Acesso em: 03 maio 2016.

CÁ, Vanito Ianium Vieira. **Da luta armada à transição democrática**: Guiné-Bissau e Cabo Verde em perspectiva comparada. 2015. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/neab/index.php/2016/08/26/da-luta-armada-transicao-democratica-guine-bissau-e-cabo-verde-em-perspectiva-comparada/>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

CABECINHAS, Rosa; CUNHA, Luís. Colonialismo, identidade nacional e representações do “negro”. **Estudos do Século XX**, n. 3, p. 157-184, Braga, 2003. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1791/1/rcabecinhas_lcunha_ArtCol_2003.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

CABRAL, Iva, et al. **Cabo Verde**: uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVII). [S. l.], 2012. Disponível em: <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/358>>. Acesso em: 20 out. 2016.

CASSAMA, Daniel Julio Lopes Soares. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné Bissau e Cabo Verde**. 2014. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araquara, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/122090>>. Acesso em: 20 out. 2016.

CONCEIÇÃO NETO, Maria da Conceição. A República no seu estado colonial: combater a escravatura, estabelecer o “indigenato”. **Ler História**, Lisboa, v. 59, p. 205-225, jan. 2016. Disponível em: <<https://lerhistoria.revues.org/1391>>. Acesso em: 09 out. 2016.

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné-Bissau e Cabo Verde**: da unidade à separação. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Centro de Estudos Africanos, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/13063>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

FERREIRA, João José Brandão. A Colonização Portuguesa no século XIX à luz da estratégia. **Revista Militar**, Lisboa, n. 2439, p. 1-47, abr. 2005. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/103>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

FURTADO, João Paulo Mendes. **Evolução da Educação em Cabo Verde antes e depois da independência**. 2008. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Supervisão e Orientação Pedagógica) - Instituto Superior de Educação, Praia, 2008. Disponível em: <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/2688>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

GRAÇA, Vanusa Ribeiro da; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Guiné-Bissau e Cabo Verde**: os caminhos trilhados para as Independências, 1950-1980. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., Natal, 2013. **Anais...** Florianópolis: ANPUH, 2013. Disponível em: <<http://www.anpuh-sc.org.br/encontro2012/uploads/simposio-18-trabalho-17.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

HENRIQUES, Joana Gorjão. Guiné-Bissau: a colónia onde todas as Fatumata tinham de se chamar Maria. **Público**, Lisboa, 06 dez. 2015. Disponível em: <<https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/a-colonia-onde-todas-as-fatumata-tinham-de-se-chamar-maria-1716239>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

KEESE, Alexander. Proteger os “pretos”: havia uma mentalidade reformista na administração portuguesa na África tropical (1926-1961). **Africana Studia**, Porto, n. 6, p. 97-125, jul. 2003. Disponível em: <<http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/>>

AS06_097.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MADEIRA, João Paulo. O processo de construção da identidade e do estado-nação em Cabo Verde. **Revista Vozes dos Vales**, Diamantina, MG, v. 3, n. 6, out. 2014. Disponível em: <<http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2014/10/O-Processo-de-Constru%C3%A7%C3%A3o-da-Identidade-e-do-Estado-Na%C3%A7%C3%A3o-em-Cabo-Verde.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

LAÍNS, Pedro. Causas do colonialismo português em África, 1822-1975. **Análise Social**, Lisboa, v. 33, ns. 2-3, p. 463-496, 1998. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221843624G2dSJ5nf7Oj14YK5.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MARTINS, Amarilis Barbosa. **Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da Independência**. 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em espaços Lusófonos) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/xmlui/bitstream/handle/10437/1090/Disserta%25C3%25A7%25C3%25A3o%20de%20Mestrado%20Amarilis%20Martins.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MARTINEZ, Esmeralda Simões. Legislação portuguesa para o Ultramar. **Sankofa**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 42-66, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2010.88766>>. Acesso em: 20 set. 2016.

MENESES, Maria Paula G. O 'indígena' africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais. **E-cadernos CES**, Lisboa, jul. 2010. Disponível em: <<https://eces.revues.org/403>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MONIZ, Elias Alfama. Percalços do ensino colonial em Cabo Verde: século XVI aos anos 40 do século XX. **e-Curriculum**, São Paulo v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3199/2121>>. Acesso em: 20 set. 2016.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. 2013. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufba.br/main.asp?view=Detalha.dissertacao&id=744>>. Acesso em: 03 maio 2016.

MOUTINHO, Mário C. **O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

NAMONE, Dabana. **A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115896>>. Acesso em: 20 set. 2016.

PEREIRA, Paulo Alves. O fim do império colonial português e as suas consequências. **Repositório Universidade de Évora**, [Évora], set. 2008, 17 p. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/5212>>. Acesso em: 03 maio 2016.

PEROTA, Maria Luiza Loures Rocha. **Resgate da memória da Universidade Federal do Espírito Santo**: a fotografia com fonte de pesquisa. 1995. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1995.

ROCHA, Pedro Barreira Silva da. **África na política externa portuguesa**: dos primórdios ao problema das províncias ultramarinas. 2010. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/2431>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SANTOS, Danilo de Jesus da Veiga. **O Cabo-verdiano através dos olhos de forasteiros**: representações nos textos portugueses, 1784-1844. 2011. 209 f. Dissertação (Mestrado em História da África) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4152/1/ulfl096142_tm.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

SANTOS, M. Beja; SILVA, F. Henriques da. **Da Guiné Portuguesa à Guiné-Bissau**: um roteiro. Porto: Fronteira do Caos, 2014.

SILVA, António E. Duarte. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, v. 9, n. 1, p. 142-167, maio 2014. Disponível em: <<https://cea.revues.org/1236>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

_____. Sarmiento Rodrigues, a Guiné e o luso-tropicalismo. **Cultura**: revista de História e Teoria das Ideias, Lisboa, v. 25, p. 31-55, out. 2013. Disponível em: <<https://cultura.revues.org/586>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

SILVA, Giselda Brito. A educação colonial do império Português em África (1850-1950). **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, n. 21, p. 67-83, out. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/4602>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

_____. A “Educação Colonial” do salazarismo para a África: um debate das condições Historiográficas atuais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2015, Florianópolis. **Lugares dos historiadores**: velhos e novos. Florianópolis: [S. n.], 2015. p. 1-14. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7175270-A-educacao-colonial-do-salazarismo-para-a-africa-um-debate-das-condicoes-historio-graficas-atuais.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

TEIXEIRA, Cátia; TAVARES, Maria Augusta. Guiné-Bissau: o presente lança luz sobre o passado. **Diálogos**, Maringá, v. 17, n. 3, p. 869-908, dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/35973>>. Acesso em: 03 maio 2016.

THOMAZ, Omar Ribeiro. "O bom povo português": usos e costumes d'aquém e d'além-mar. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 55-87, jan. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132001000100004>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

ZIMMERMANN, Viviane Da Silva. Avante Guiné! O PAIGC e a luta anticolonial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-15. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300866399_ARQUIVO_TextoANPUH2011.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

ZONTA, Diego; PORTELLA, Cristina. O comércio não escravista na Costa da "Guiné" no Século XIX. **Revista Crítica Histórica**, Alagoas, v. 4, n. 8, p. 9-22, 2017. Disponível em: <<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/185/O%20COM%20C%89RCIO%20N%20C%83O%20ESCRAVISTA%20NA%20COSTA%20DA%20GUIN%20C%89%20NO%20S%20C%89CULO%20XIX.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.